

POLÍTICAS AFIRMATIVAS E A QUESTÃO DA DIVERSIDADE DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR DAS ESCOLAS PÚBLICAS ESTADUAIS DE SALVADOR: UMA PROPOSTA EDUCACIONAL

Cássio Murilo de Almeidaⁱ
Secretaria da Educação do Estado da Bahia
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
muriladen@hotmail.com

RESUMO

Esta comunicação pretende apresentar propostas desenvolvidas para o Projeto de Pesquisa, do Curso de Especialização em Estudos Interdisciplinares sobre Educação Básica, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Trata-se de uma pesquisa qualitativa baseada nos estudos culturais de gênero numa perspectiva pós-estruturalista, tendo como principal objetivo a promoção do respeito a toda diversidade de gêneros no ambiente educacional das Escolas Públicas de Salvador. Como o projeto ainda está em andamento as primeiras impressões foram que os alunos de opção assumidamente homossexual passam por situações constrangedoras e humilhantes que culminam num isolamento e/ou abandono sendo privados de seu direito fundamental à educação e que desabilita a Escola de cumprir sua diretriz fundamental, que é a de proporcionar educação de qualidade para todos indiscriminadamente.

Palavras – chave: Gênero, Pluralidade Cultural, Políticas Afirmativas

ABSTRACT

This communication intends to present proposals developed for the Research Project, the Specialization Course in Interdisciplinary Studies of Basic Education, Federal University of Bahia (UFBA). This is a qualitative study based on cultural studies of gender in post-structuralist perspective, with the primary objective of promoting respect for the diversity of all kinds in the educational environment in public schools in Salvador. As the project is still ongoing first impressions were that the option of openly gay students undergo humiliating and embarrassing situations that culminate in isolation and / or abandonment being deprived of their fundamental right to education and that disables the School to fulfill its fundamental policy of , which is to provide quality education for all indiscriminately.

Key - words: Gender, Cultural Diversity, Affirmative Politics

INTRODUÇÃO

Os adolescentes que frequentam a escola pública deparam-se com um ambiente rico em diversidade, nela ele pode encontrar pessoas de diferentes grupos sociais, etnias, religiões e gêneros, dentre outros. É natural que essas diferenças/semelhanças entre os indivíduos conduzam-os ao chamados agrupamentos, senão pelas razões citadas; por afinidades tão comuns a esse período da vida, como o gosto musical, forma de se vestir, esporte predileto ou orientação sexual. Mas, para o adolescente de orientação homossexual, fazer parte de um grupo, pode ser o início de um processo de discriminação e preconceito, já que essa opção é vista principalmente sob a ótica da religião judaico cristã como anti-natural ou depravação.

Dentro do ambiente escolar o adolescente homossexual sofre com a realidade de encontrar grupos afins, experimentando também o preconceito, dificuldades de aceitação e posterior isolamento por parte dos colegas. O medo de ser descoberto, as chacotas e a censura promovem uma verdadeira segregação desses jovens, muitas vezes produzida pelos próprios sujeitos, que sentem no isolamento uma forma de sobreviver, além do abandono das Unidades Escolares, que ao ignorar essa realidade tentam de certa forma se livrar dos problemas sem discuti-los devidamente, impossibilitando a devida e necessária intervenção educacional.

Escola e educadores não podem mais ignorar ou fechar os olhos ante essa realidade, é um tema polêmico e difícil de ser trabalhado, mas cabe às instituições educacionais e aos educadores promoverem debates em torno da questão de gêneros, de suas desigualdades, bem como aprofundar e discutir os temas relativos à sexualidade principalmente no que diz respeito à construção de identidades sexuais.

Trata-se de discutir as relações de poder que se estabelecem socialmente, a partir de concepções naturalizadas em torno das masculinidades e feminilidades. As expectativas sociais e culturais depositadas em meninos e meninas, homens e mulheres, quando não atendidas, geram violências de toda a ordem. A escola, como um espaço social importante de formação dos sujeitos, tem um papel primordial a cumprir, que vai além da mera transmissão de conteúdos. Cabe a ela ampliar o conhecimento de seu corpo discente, bem como dos demais sujeitos que por ela transitam (professores/as, funcionários/as, famílias, etc.). Para que a escola cumpra a contento seu papel é preciso que esteja atenta às situações do cotidiano, ouvindo as demandas dos alunos e alunas, observando e acolhendo seus desejos, inquietações e frustrações. Vivemos, na contemporaneidade, um tempo de rápidas transformações de toda a ordem. A escola não pode se eximir da responsabilidade que lhe cabe de discutir determinados temas, tais como as desigualdades de gênero e a diversidade sexual, como apontam os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). (MEYER, 2005, p.20)

Discutir portanto sexo, gênero e orientação sexual dentro das escolas públicas pode ainda hoje ser considerado um tabu, algo polêmico e complicado de se trabalhar, mas não discuti-lo pode ser um problema ainda maior. O ambiente educacional possui um espaço de grande diversidade étnica, cultural, econômica, social e religiosa, é de se esperar que famílias imbuídas cada uma de seus valores historicamente construídos, se manifestem contra ou favor de tal atitude. No entanto a Escola enquanto Instituição Educacional não pode, mesmo diante de oposições sistemáticas, deixar de abordar o assunto, principalmente quando em sua realidade, essa falta de orientação é fonte de problemas como preconceito, discriminação, violência, repetência e abandono escolar.

CONTEXTO E METODOLOGIA DO PROJETO

A Declaração mundial de Educação para Todos aprovada em 1990, por 155 nações, afirma que a educação é um direito fundamental de todos, homens e mulheres, de todas as idades, no mundo inteiro e ressalta que a educação não se dá de forma isolada

A aprendizagem não ocorre em situação de isolamento. Portanto, as sociedades devem garantir a todos os educandos assistência em nutrição, cuidados médicos e o apoio físico e emocional essencial para que participem ativamente de sua própria educação e dela se beneficiem. (UNESCO, 1990, p.5)

Assim sendo, e respaldado pela premissa de que o direito à formação coletiva, com respeito às individualidade dos sujeitos devem ser consideradas e respeitadas, partiremos para o desenvolvimento deste projeto que nos levará inicialmente ao embasamento teórico, baseado nos estudos culturais/pós-estruturalista, que enfatizam a questão de gênero (GUIMARÃES, 1995; KOTLINSK, 2007; LOURO, 1998, 2007; MEYER, 2005; PEREIRA, 2007 e SANTOS, 2008). Debruçaremos-nos portanto em pesquisas bibliográficas de fontes físicas e virtuais escritas a não mais que dez anos, de autores que tratam de temas relevantes a este projeto como: sexo, sexualidade, diversidade sexual e de gênero, preconceito, orientação sexual, educação sexual e formação continuada de professores para o trabalho com educação sexual.

O ponto de partida portanto será o de conceituar e dar sentido aos termos a partir da análise do artigo, de KOTLINSK, que define tais termos como sexo, gênero, homossexualismo e homofobia, dando ênfase a questão da diversidade humana relacionando-

a também à diversidade sexual.

Assim como o sexo não define necessariamente a identidade de gênero, a identidade de gênero não define a orientação sexual de uma pessoa. Reconhecer todas essas possibilidades e ainda outras que podem surgir, é perceber a diversidade sexual, é respeitar a diversidade humana, contribuindo assim com uma sociedade justa, diversa, igualitária e livre. (KOTLINSK, 2007, p. 5).

Discorrendo ainda nesta linha de pensamento consideraremos a importância do espaço escolar para a desconstrução de tais pré-conceitos, pois entendemos que a priori tais espaços são os mais preparados e fundamentais no que tange à formação de consciências críticas de valores e acima de tudo informação adequada. Porém a realidade que se apresenta é bastante diferente pois nas escolas os momentos destinados a tratar de assuntos ligados a questão da sexualidade são as aulas de ciências/saúde . Mas essas o fazem de forma superficial focando apenas programas de prevenção as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e a gravidez na adolescência. É o que afirma o caderno Salto para o Futuro, do Governo Federal que tratou do tema Educação para Igualdade de Gênero.

Em relação às escolas, quando estas resolvem desenvolver algum tipo de trabalho em torno da sexualidade, como recomendam os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), em geral o fazem de forma assistemática e descontínua, com uma abordagem estritamente biológica, ignorando assim os aspectos históricos, sociais e culturais envolvidos nesse processo em torno da construção de significados. Via de regra, os projetos desenvolvidos nas instituições escolares sobre sexualidade são feitos apenas dentro da perspectiva de prevenção, do medo, da doença e da morte, ou até mesmo a partir de certo pânico moral. (BRASIL, 2008, p. 25)

Esse caderno, que tem como fim publicar matérias apresentadas no programa TV Escola , permitirá conhecer um histórico dos programas desenvolvidos e aplicados na rede pública nos últimos anos e as novas propostas de conteúdo e metodologias para essa disciplina.

GUIMARÃES, em seu trabalho , vai fundamentar a tese de que os professores assim como uma grande parte da sociedade também se sentem indignados incomodados e desconfortáveis em relação ao tema e são as principais barreiras para que o assunto seja tratado de forma clara e imparcial nas unidades escolares.

A Educação Sexual apresenta um grande risco de tornar-se essencialmente repressiva se oficializada ao acaso, isto é, sem o devido planejamento e preparo dos professores. Há entre nós, latinos, forte herança de educação moralista, com influências repressivas religiosas (todas as religiões) muito presentes e que podem dominar a Educação Sexual como uma doutrinação. (GUIMARÃES, 1995, p. 87)

Há ainda uma importância real em atender as múltiplas sexualidades, isso é uma questão de justiça e reparação de direitos, é necessário saber o que fazer e como fazer. Para isso o trabalho de LOURO será um dos que me fornecerão tais parâmetros e fundamentação para tratar o tema

Já se disse, muitas vezes, que sem a sexualidade não haveria curiosidade e sem curiosidade o ser humano não seria capaz de aprender. Tudo isso me leva a apostar que teorias e políticas voltadas, inicialmente, para a multiplicidade da sexualidade, dos gêneros e dos corpos possam contribuir para transformar nossos modos de pensar e de aprender, de conhecer e de estar no mundo em processos mais prazerosos, mais efetivos e mais intensos.” (LOURO, 1998, p. 32)

Quanto às relações entre gênero poder e violência analisaremos o trabalho apresentado na revista eletrônica Dia-a-dia Educação por SANTOS e BOEING, este será um dos referenciais para entendermos historicamente tais questões. Sem esse levantamento histórico será impossível determinarmos e compreendermos os possíveis retrocessos e avanços decorrentes do tema, pois todo o processo se desenvolve em contextos que permeiam as sociedades e que influenciam a disseminação pejorativa e preconceituosa que irão alicerçar tais concepções.

A construção histórica do conceito relacional de gênero, as relações de poder e a violência são temas recorrentes e assuntos complexos, que afetam diretamente o processo educativo. Inter-relacionam na sociedade contemporânea e, conseqüentemente, no ambiente escolar. A escola, muitas vezes, reproduz ações conservadoras, estereotipadas, sexistas e intencionais, que acabam por naturalizar determinados comportamentos, transformando-se num canal que propicia a disseminação do racismo, da intolerância, do preconceito e da discriminação. (SANTOS e BOEING, p.1)

Por fim, os PCNs indicarão oficialmente as diretrizes básicas curriculares que normatizam o assunto: Gênero e Diversidade, e que a inclui na grade curricular como tema transversal. A leitura dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e outros documentos

legais que venham a respaldar essas inquietações e a relevância desta proposta de trabalho também serão considerados. Os PCNs já contemplam em suas diretrizes elementos que norteiam a abordagem transversal da Orientação Sexual, assim como a discussão sobre gênero e diversidade. Analisar e suscitar debates sobre esse tema com o grupo de docentes nas Unidades Escolares é um ponto de partida para que o gênero também seja um conteúdo problematizado de maneira crítica e transformadora neste cotidiano. Não é mais possível tratar a escola como um ambiente homogêneo onde todos são iguais em suas opções sexuais, não podemos negar aos educandos o direito de ser o que são, de assumir suas opções. Não podemos negar que existe a violência, a discriminação e a falta de respeito contra os homossexuais, temos sim, admitir que o problema é real e que ao fecharmos os olhos a ele ou ignorá-lo, nos faz cúmplices e reprodutores de ideais machistas e conservadoras que são incoerentes com o papel de educador.

A recusa a ou tratamento inadequado da referida temática, por parte da escola, contribui para perpetuar práticas e valores machistas e heterossexistas. Dessa forma, o processo educacional fica em descompasso com os Direitos Humanos e com uma educação pluralista, princípios estes assegurados por nossa Constituição. Cabe-nos, enquanto educadores e educadoras, potencializarmos a curiosidade inerente à sexualidade, obtendo assim um instrumento para o aprendizado de uma vida sexual criativa, prazerosa e responsável.

Outras possíveis abordagens seriam as de identificar e refletir acerca dos estereótipos para o comportamento masculino e feminino, identificando os preconceitos sobre as variedades de gênero difundidas no ambiente escolar; compreender e debater o conceito de gênero e investigar suas diferentes variedades, possibilitando desta maneira a troca de experiências e idéias de como enfrentar essas desigualdades no trato com educandos de orientação homossexual ou não, no universo educacional e o que mais surgir durante o desenvolvimento do presente projeto.

De posse desta fundamentação e sendo um dos objetivos do trabalho identificar os preconceitos sobre a variedade de gênero no ambiente escolar faremos uso de entrevistas e questionários para verificação e coleta dos dados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PROJETO: À GUIA DE CONCLUSÃO

O que pude notar em minhas primeiras observações na unidade escolar em que trabalho, é que alunos de opção assumidamente homossexual vem sendo tratados de forma discriminada, passam por situações constrangedoras de humilhação e agressão que acabam por levá-los ao isolamento e/ou abandono da escola, o que os privam de seu direito fundamental a educação e desabilita a Escola de cumprir sua diretriz fundamental, que é de proporcionar educação para todos.

Faz-se necessário então, criar dispositivos para que a escola se torne um espaço não de exclusão, mas de mediação e de acolhimento para essas pessoas, é preciso o desenvolvimento de práticas pedagógicas, que foquem em específico esse problema, e assim permitir que a escola continue sendo um espaço democrático e acolhedor aberto a todos independente de suas opções.

A escola, em geral, apresenta um discurso favorável à democracia. Mas, como dizia Paulo Freire, “é necessário que nossas falas sejam corporificadas pelo exemplo”, ou seja, que nossas práticas não sejam negadoras daquilo que defendemos. Se observarmos o interior de muitas escolas, constatamos que entre o discurso favorável e o exercício efetivo da democracia há uma longa distância. Há muito ainda a ser feito para que haja mais proximidade entre o que se diz e o que se faz no sentido de termos uma escola mais democrática. A escola pode ser a grande mediadora do conhecimento necessário à comunidade, para que ela possa construir realidades mais humanas para viver.

Segundo o Manual Para a promoção do Reconhecimento da Diversidade Sexual e Enfrentamento ao Sexismo (Brasília, 2009), a educação é um direito humano fundamental e, como tal, precisa ser garantida a todos. Mais ainda, ela promove outros direitos, promove a constituição de indivíduos e grupos como sujeitos de sua história, reduz a desigualdade e a pobreza. A educação é indispensável para o país que busca a construção de uma cultura universal dos direitos humanos e da paz. Não obstante, para que a educação cumpra plenamente seu papel neste complexo e necessário processo de transformação cultural, há que se fomentar ações específicas no campo da promoção do Reconhecimento da Diversidade Sexual e Enfrentamento ao sexismo e a homofobia. Sexo, identidade de gênero e orientação sexual são três âmbitos distintos de expressão ou vivência social de uma pessoa. E são várias as possibilidades de entendimento e expressão dentro de cada âmbito.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Manual do Projeto Educação para Promoção do Reconhecimento da Diversidade Sexual enfrentamento ao Sexismo e a homofobia.** Disponível em: <http://www.unifap.br/intranet/arquivos/arq3514.pdf>. Acesso em fevereiro 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. **Salto para o Futuro: Educação para a Igualdade de Gênero.** Disponível em: http://www.tvbrasil.org.br/fotos/salto/series/163222Edu_igualdade_gen.pdf. Acesso em fevereiro de 2010.

BRASIL/Secretaria da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.** Brasília: MEC/SEF, v. 10, 1997.

CAVALCANTE, Roberta Ferreira; DINIZ, Nilson Ferreira. **Gênero e Sexualidade como Tema na Formação de Pedagogos.** In: Anais da XIX SEPE - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão do Setor de Educação / I EREBIO – Reunião da Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia – Regional Sul. Universidade Federal do Paraná, 2005. Disponível em: http://www.educacao.ufpr.br/publicacoes/xxsepe/2005/trabalhos/painel_rfcavalcantinfid.pdf. Acesso em fevereiro de 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: a vontade de saber.** Vol. 1. Trad. de Maria Thereza de Albuquerque J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: 17ª ed. Graal, 2006.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola: mito e realidade.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995.

KOTLINSK, Kelly. **Diversidade Sexual - Uma Breve introdução.** Disponível em: http://www.direitos.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3048. Acesso em fevereiro 2010.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis. Rio de Janeiro: 2ª ed. Vozes, 1998.

LOURO, Guacira (org). **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade.** 2. ed. 3ª reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MEYER, Dagmar E. E. **Gênero e educação: teoria e política.** In: Corpo, Gênero e Sexualidade. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

PEREIRA, M. E. et. al. (orgs.) **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professores em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais.** Brasília, Rio de Janeiro: SPM, 2007.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem.** Jomtien, 1990. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf>. Acesso em janeiro de 2010.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; BOEING, Sandra Mara de Freitas. **Relações entre os gêneros, poder e violência: formação de professoras e professores.** UCB, 2008. Disponível em: <http://www.catedra.ucb.br/sites/100/122/00000848.pdf>. Acesso em fevereiro de 2010.

i Licenciado em Desenho e Artes Plástica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Pós Graduando em Estudos Interdisciplinares sobre Educação Básica pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).